



Apresentação

Francisco Horácio da Silva Frota

Maria Andrea Luz da Silva

O volume 10, número 25, da revista **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado** traz reflexões sobre as políticas sociais, a previdência, as perspectivas de superação e a violência cotidiana enfrentada por aqueles que teimam em viver. Seus olhares diversificados vieram de instituições de Ensino Superior (IES) do Porto e de Coimbra (em Portugal) e do Estado do Ceará e de outras localidades no Brasil.

As análises das experiências do programa Minha Casa Minha Vida, do Projeto de Lajedos (em Cabo Verde), do artesanato (no Estado do Piauí) e da integração de infraestrutura (no Estado do Amapá) integram a discussão do conceito de *equidade*, haja vista que *incluir e excluir* estão no centro dos estudos sobre políticas sociais.

Para analisar o Minha Casa Minha Vida em Barbalha-CE, os autores recorreram às dificuldades de implementação e às deficiências do processo de tomada de decisão desse programa. Nesse sentido, também se destacou o impacto das políticas habitacionais no desenvolvimento sustentável das cidades e a consequente ampliação das oportunidades sociais para seus habitantes.

O Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Lajedos, em Cabo Verde, também integra o conjunto de artigos sobre políticas sociais. A investigação busca entender as dimensões educativas do processo de desenvolvimento com base em referências do universo teórico do desenvolvimento. O trabalho da organização não governamental (ONG) Atelier Mar é tratado no contexto do processo participativo e da aprendizagem coletiva.

A política de artesanato é apresentada sob a perspectiva de seu desafio de compor a agenda pública do país como um todo, em especial no que tange à sua relação com

Conhecer: debate entre o público e o privado

2020, Vol. 10, nº 25

ISSN 2238-0426

DOI <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.25.3871>

Licença Creative Commons Atribuição (CC BY 4.0)

Data de submissão 28 mar 20

Data de publicação 03 ago 20

a cultura e a economia, como destaca a autora em seus estudos no Estado do Piauí. O artesanato apresentado como política assistencial sofre alterações no âmbito da agenda neoliberal, ocupando um espaço privilegiado nas condições de trabalho informal e uma nova dimensão no mundo do trabalho.

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), criada em 1964, no primeiro ano do regime militar, também faz parte do conjunto de reflexões – a pesquisa documental registra que o Programa Aliança para o Progresso (Alliance for Progress), implantado durante o governo do presidente norte-americano John Kennedy, tinha por objetivo produzir uma intervenção mais direta dos Estados Unidos da América (EUA) nos países da América Latina no contexto da Guerra Fria.

Os resultados apresentados ressaltam que, ao buscar produzir uma política pública nacional voltada às crianças e aos adolescentes, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) elaborou uma “governabilidade” sobre a “questão do bem-estar do menor”.

A política social, segundo Demo (1994), além da necessidade de ser redistributiva e equalizadora de oportunidades, também precisa ser emancipatória e preventiva. Em sua perspectiva, a distribuição é uma questão política real, o que nos leva a reconhecer que, se crescer é uma questão econômica, distribuir é uma questão política.

O Brasil tem vivido sucessivas alterações na legislação previdenciária. Contudo, o grande marco da defesa dos direitos sociais ocorreu com a Constituição da República Federativa do Brasil (CF, 1988). A autora salienta que o Estado do Ceará está com seu Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deficitário e alinha-se às políticas de gestão previdenciária da Emenda Constitucional n. 103 (EC n. 103, 2019). Diante desse cenário, o objetivo da pesquisa apresentada foi analisar a evolução da normalização do RPPS no Brasil e no Estado do Ceará (no período de 1934 a 2019).

Outro artigo aborda o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, apresentando como o Governo do Estado do Ceará tem empreendido esforços não só no sentido de preparar os jovens para sua entrada no mercado de trabalho, mas, também, de empoderá-los por meio de programas que concedam garantias básicas e democratizem seu acesso a temas estratégicos (como esporte e cultura).

A Lei n. 8.742 (Lei Orgânica da Assistência Social [LOAS], 1993) já destaca que tal debate sobre as políticas sociais reafirma a necessidade de pensar a assistência como um direito do cidadão e um dever do Estado. As necessidades básicas da população devem ser tratadas mediante um conjunto integrado de iniciativas públicas que garantam os mínimos sociais.

O debate sobre as iniciativas públicas reguladas por distintos instrumentos legais não deve ser silenciado. Nesse sentido, os danos causados pela pandemia de COVID-19 não devem ser usados para a consolidação de mitos. Diante dos fatos recentes divulgados

pela imprensa, um olhar de fora do país leva o autor a indagar como as relações entre as áreas de ação pública poderiam estruturar-se de modo mais sólido: a *participação da transparência* e a *participação cidadã* na ação do governo.

Na entrevista com Leonardo Avritzer, salienta-se que o Brasil tem um sistema de mídia que não obedece a quase nenhum dos elementos da tradição liberal ou da tradição democrática. Ele não obedece à tradição liberal porque até em um país como os EUA se observa a ideia de regulação da mídia.

O direito à informação e os problemas decorrentes de sua privação são alimentados não só pela tentativa de consolidação de mitos, mas também pela motivação ideológica, como se observa na ação missionária de novas comunidades religiosas. Esta edição da revista **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado** traz a experiência de um catolicismo contemporâneo no Brasil, surgida no interior da Renovação Carismática Católica (RCC). O autor discute os elementos constitutivos da secularização, suas relações com a modernidade, as transformações operadas no interior do catolicismo no século XX e as respectivas respostas.

A necessidade da participação, da inclusão social e dos instrumentos de aprofundamento da democracia é pensada no contexto do aumento das prerrogativas do Poder Judiciário. Principalmente pelo fato de um juiz de primeira instância assumir um papel preponderante no Poder Judiciário da República Federativa do Brasil – algo que parece não ter precedente histórico.

Por fim, a resenha desta edição fala de um verdadeiro massacre: os jovens são as principais vítimas de crimes violentos letais intencionais (CVLI) em uma sociedade marcada pela desigualdade estrutural.

Referências bibliográficas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. (1988). Brasília, DF.

Demo, P. (1994). *Política social, educação e cidadania*. Campinas, SP: Papirus.

Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019. (2019). Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF.

Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF.

Para citar esta apresentação:

Norma A – ABNT

FROTA, F. H. S.; SILVA, M. A. L. Apresentação. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 10, n. 25, p. 7-10, 2020.

Norma B – APA

Frota, F. H. S. & Silva, M. A. L. (2020). Apresentação. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10(25), 7-10.

Norma C – Vancouver

Frota FHS, Silva MAL. Apresentação. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2020 [cited Ago 03, 2020];10(25):7-10. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/3871>